

# UMA ANÁLISE PARADIGMÁTICA DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS UTILIZADAS NOS ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO<sup>1</sup>

A PARADIGMATIC ANALYSIS OF THE SOCIAL MOVEMENT THEORIES USED IN MANAGEMENT STUDIES

KELLEN DA SILVA COELHO<sup>2</sup> | ELOISE HELENA LIVRAMENTO DELLAGNELO<sup>3</sup>

## RESUMO

Discussões sobre transformações nas práticas de organizar têm despertado a atenção de diversos acadêmicos do campo dos estudos organizacionais. Apesar dos estudos que vêm sendo desenvolvidos na área, persiste a polêmica acerca de práticas de organizar que signifiquem rupturas efetivas com o modelo hegemônico constatado no campo. A busca por flexibilidade, perseguida em muitas organizações, contemporaneamente, tem significado, mais claramente, a continuidade da perspectiva gerencialista de gestão (PARKER, 2002). Neste sentido, são reconhecidos, na área da Administração, os limites de conhecimentos circunscritos ao seu próprio campo e novas aproximações com outros saberes. À luz do trabalho de Laclau e Mouffe (1985), Spicer e Böhm chamam a atenção para a dinâmica dos movimentos sociais como importante espaço para análise e compreensão dos fenômenos organizacionais, fundamentalmente, baseando-se em uma perspectiva macro-organizacional, algo carente nos estudos sobre o organizar. Contudo, para haver uma contribuição recíproca entre os dois campos de conhecimento, acredita-se que seja interessante uma análise paradigmática do que tem sido discutido sobre movimentos sociais na área da Administração. Assim, foram analisados trabalhos apresentados sobre movimentos sociais em três eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), na última década. A análise dos dados indica que o paradigma mais utilizado foi o europeu, com forte apoio do norte-americano e o que mais chamou a atenção foi a carência de estudos que se empenhem, pontualmente, na construção de uma teoria dos movimentos sociais latino-americanos, no âmbito dos três eventos analisados.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Organizações. Práticas alternativas.

## ABSTRACT

Discussions about transformations in practices of organize have aroused attention of several academics in the area of organizational studies. Despite the studies that have been developed in the area, still persists the polemic about practices of organize that means effective disruptions with hegemonic model in the field. The searching for flexibility, persecuted in many organizations, contemporarily, has meant, more clearly, the continuity managerialist perspective of the management. (PARKER, 2002). In this way, are recognised, in Management area, the circumscription knowledge limits to its field and new approaches with other knowledge that begins to happen. According to the works by Laclau e Mouffe (1985), Spicer e Böhm draw the attention for the social movement dynamics as important space for analyzes and comprehension of organizational phenomena, basing in a macro-organizational perspective, somewhat lacking in the studies about the organize. However, for having a reciprocal contribution between the two knowledge fields, it is interesting to do an epistemological analysis of the things that has been discussed about social movements in Management area. So, it was analyzed works about social movements presented in three ANPAD (National Association of Post-Graduate Studies and Research in Management) events in the last decades. The data analyses indicates that the most used paradigm was the European with strong North-American support and the thing that most called attention was the lack of studies that are engaged, precisely, in a building of a Latin American social movement theories, according to three events analyzed.

**Keywords:** Social movements. Organizations. Alternative Practices.

<sup>1</sup> Data de submissão: 05/05/2012. Data de aceite: 16/08/2013. Data de publicação: 21/02/2014.

<sup>2</sup> Doutora em Administração pela UFSC. Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: kellen.coelho@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia de Produção UFSC. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: eloise@cse.ufsc.br.

## INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, em meio aos estudos organizacionais, a investigação e as suposições acerca de práticas alternativas significam, de modo predominante, uma continuidade da perspectiva gerencialista de gestão, que personifica o modelo hegemônico de organização, cuja ênfase se caracteriza, fundamentalmente, pela previsibilidade, pelo controle, próprios do modelo burocrático (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000), pela lógica do mercado e pela manutenção de harmonias administrativas, conforme enfatizado por Tragtenberg (1974).

Como as práticas hegemônicas são práticas políticas, que unem identidades e forças políticas dentro de um projeto comum, Laclau e Mouffe (1985) acreditam que seja fundamental o conhecimento acerca de como as estruturas discursivas criam a vida social. A contestação de um sistema discursivo se dá por meio de um descentramento ou deslocamento da estrutura discursiva, que estabelece pontos nodais entre diferentes demandas e constitui uma lógica de equivalência entre estas.

A sociedade, por ser intrinsecamente caracterizada por antagonismos, fica impossibilitada de organizar-se plenamente; haverá sempre algo a subverter a sua plena existência (LACLAU; MOUFFE, 1985). Assim, no contexto organizacional, percebe-se que o referido modelo hegemônico, que reconhece organização como sinônimo de empresa, é passível de muitas contestações e nesse processo de contestação há uma dimensão do organizar que precisa ser compreendida (DELLAGNELO; BÖHM, 2011).

Nesse sentido, ao se considerar que em meio a processos contra-hegemônicos também sejam evidenciados processos organizacionais contrários ao modelo hegemônico de organizar, alguns estudos sobre práticas contra-hegemônicas de organizar vão se consolidando, gradativamente, nos estudos organizacionais. Por exemplo, estudos a respeito da economia social e solidária (TENÓRIO, 1998; ANDION, 1998), das isonomias (RAMOS, 1989), organizações substantivas (SERVA, 1997) e autogestionárias (VARGAS DE FARIA, 2003) têm recebido destaque ao enfatizar um pensamento alternativo ao modelo hegemônico de organizar, ao incorporar uma perspectiva crítica, ou seja, questionadora daquilo que é *taken for granted* dentro dos estudos organizacionais, como: a divisão do trabalho, a centralização de poder, a verticalização de cargos etc. (RAMOS, 1989; SERVA, 1997; DORNELLES, 1998). Considerando a perspectiva de Laclau e Mouffe (1985), cada uma dessas configurações organizacionais pode expressar uma identidade resultante da articulação de significantes vazios,

ou seja, de significantes sem significado que paradoxalmente são preenchidos pelas mais variadas identificações de demandas. Esses significantes vazios se consolidam em torno de pontos nodais, os quais servem de referência a um discurso comum, que passa a constituir a negação do sistema discursivo hegemônico de organizar (LACLAU, 1996).

Frente à análise do trabalho de Laclau e Mouffe, os autores Spicer e Böhm (2006), ao reconhecerem os movimentos sociais como relevante espaço de manifestação organizacional contra-hegemônica, chamam a atenção para a sua dinâmica.

Os movimentos sociais se baseiam tanto em formas de organização verticais quanto horizontais e, somando-se a isso, práticas tradicionais de protestos, as quais não podem receber enfoques reducionistas e estigmatizados.

Tradicionalmente, as formas verticalizadas de organização dos movimentos sociais sofrem severas críticas em detrimento das horizontalizadas, que pressupõem o favorecimento de lutas que possam mudar radicalmente uma sociedade; no entanto, cabe ressaltar que as práticas de resistência horizontal e vertical raramente existem independentes umas das outras, ou seja, em uma série de casos, nota-se que o que se evidenciam são múltiplas relações estabelecidas entre organizações populares e mais formas institucionais tradicionais de organização da resistência (OTTO; BÖHM, 2006).

Nesse sentido, torna-se fundamental a concepção de movimentos sociais sob uma perspectiva macro-organizacional, algo carente nos estudos em organizações. Até então, as perspectivas: da sociologia do trabalho, sob a óptica micropolítica fundava-se, prioritária e exclusivamente, no que acontecia nas relações de classes no âmbito interno das organizações e o que Spicer e Böhm (2006) sugerem é que se transcenda esta esfera de análise para a incorporação de elementos integrantes de uma relação política, que envolva práticas articulatórias mais amplas. Ao encontro disso, Gohn (2006) ressalta a fragilidade dos estudos acerca da teoria dos movimentos sociais - haja vista a escassez de estudos que despendam atenção às questões teóricas sobre a dinâmica da organização desses movimentos. Esta autora aponta três fatores vulneráveis à referida fragilidade: grande parte das pesquisas sobre movimentos sociais se restringe à fala dos agentes; há uma segregação aparente entre trabalhos desenvolvidos nas diferentes áreas acadêmicas e grande parte deles se concentra na pós-graduação; bem como a adoção, não consciente, de teorias estrangeiras para estudar os movimentos sociais latino-americanos.

Posto isso, julga-se que, para se propiciar um aporte mútuo entre teoria organizacional e teoria dos movimentos sociais, seja, primeiramente,

interessante realizar uma análise paradigmática a respeito do que se tem discutido sobre movimentos sociais na área da Administração, mais especificamente, considerar a gênese da construção do conhecimento, as abordagens e correntes que têm influenciado a produção do conhecimento sobre movimentos sociais nesta área. Isso porque, na busca de alternativas de gestão, faz-se necessário outro olhar às práticas organizacionais que, embora considerem aspectos funcionalistas de gestão, também consigam dar conta da fluidez advinda dos novos formatos dos movimentos sociais.

Neste sentido, com base na classificação de paradigmas de Gohn (2006) sobre as teorias dos movimentos sociais, realizou-se a análise dos trabalhos apresentados de 2001 a 2011 em três eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD (Eneo) e Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD (ENAPG) - que tratassem, diretamente, de movimentos sociais. Assim, após uma triagem criteriosa, foram identificados vinte (20) artigos: oito (8) do EnANPAD, sete (7) do Eneo e cinco (5) do ENAPG.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se com a apresentação do tema e do objetivo do estudo na introdução. Em seguida, apresentam-se os fundamentos teóricos que orientam a análise dos trabalhos. Na terceira parte do texto, discutem-se os resultados alcançados e, finalmente, são apresentadas as conclusões principais.

## PARADIGMAS REFERENTES À TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em se tratando de teorias dos movimentos sociais, pode-se notar que os diversos autores manifestam diversas formas de delinear os seus paradigmas. Para citar alguns exemplos: Misoczky, Flores e Silva (2008) destacam a Escola de Chicago, a teoria do valor agregado, a teoria da mobilização de recursos, a teoria da estrutura de oportunidade política, a dos novos movimentos sociais e a teoria das redes de movimentos sociais. Já Della Porta e Diani (1997) dividem os paradigmas em duas perspectivas – a americana e a europeia – sendo aquela composta pelas correntes: comportamento coletivo, mobilização de recursos e oportunidade política; e a europeia composta pela corrente dos novos movimentos sociais.

Contudo, dentre os vários modos de se classificar os paradigmas, optou-se, neste estudo, em

adotar o de Gohn (2006), que se baseia em um critério geográfico-espacial, que tem como propósito, antes de delinear um paradigma em si, situá-lo em termos de corrente teórico-metodológica constituída por teorias elaboradas diante de realidades específicas.

Mediante esse critério, a autora delinea os paradigmas norte-americano, europeu e latino-americano; por possuírem histórias, lutas e movimentos sociais peculiares, o que acaba por permitir as compilações desenvolvidas pela autora. Cabe destacar que, para não confundir o leitor, em termos semânticos, convencionou-se enquadrar nos paradigmas (definidos sob o critério territorial-geográfico) as abordagens e subdividi-las em correntes (de pensamento).

Nota-se que os estudiosos de cada um desses paradigmas adotam posturas metodológicas para a análise dos fenômenos propostos inerentes às suas realidades nacionais. Na América do Norte e na Europa, as posturas geraram teorias próprias; no entanto, na América Latina, as posturas metodológicas sofreram fortes influências das demais, tornando-se híbridas e, em muitos casos, incoerentes com a realidade em análise e por este motivo não foram elaboradas teorias próprias (GOHN, 2006). Ao longo do tempo, o intercâmbio entre pesquisadores permitiu questionamentos a respeito das diferenças e afinidades entre as realidades nacionais, o que possibilitou a identificação de tendências gerais e especificidades das realidades. Assim, cada paradigma constrói seu universo explicativo próprio.

O paradigma norte-americano se fundamenta em explicações sobre as estruturas das organizações dos sistemas sociopolítico e econômico e é formado por teorias clássicas e contemporâneas. Embora se induza à ideia de que os autores fossem americanos, convém mencionar que nem todos tinham essa nacionalidade; mas foi nos Estados Unidos que este paradigma mais se desenvolveu.

A abordagem clássica, que prevaleceu até a década de sessenta, exibiu-se, heterogeneamente, por meio de diversas ênfases em suas teorias, cujo articulador de análise em comum era a teoria da ação social e o entendimento sobre os comportamentos coletivos, sob o enfoque sociopsicológico. Gohn (2006) aponta cinco grandes correntes dentro dessa abordagem: a Escola de Chicago; as teorias sobre as sociedades de massas; a teoria sociopolítica; a teoria do comportamento coletivo sob a lógica do funcionalismo; e a organizacional-institucional.

A *Escola de Chicago* foi o movimento que deu origem à primeira teoria sobre movimentos sociais e baseava-se na concepção de uma orientação re-

formista, rumo a uma sociedade harmoniosa, onde a interação entre indivíduo e sociedade era o foco principal. Ela foi fundada em 1952 por Thomas e deu origem à tradição do interacionismo simbólico, permeada por uma significativa ideia de progresso. Seus estudos abordam uma concepção de desenvolvimento comunitário e de participação e educação para o povo. Para estudiosos desta corrente, a sociologia deveria ser reconhecida como campo autônomo de investigação, e teve como expoente teórico Blumer, que foi um sociólogo que atuou com Psicologia Social, mais especificamente estudou o comportamento coletivo e o “interacionismo simbólico”.

A *teoria da sociedade de massas* interpreta o comportamento coletivo como reflexo desordenado de participantes, desconectados das relações em ações normais e tradicionais. O comportamento coletivo das massas era visto como reflexo de uma anomia.

Na terceira corrente, a *teoria sociopolítica*, entende-se, segundo Heberle (1950), que os movimentos sociais são formados de grupos organizados e não organizados e um movimento se diferencia de uma ação de um grupo comum pela sua consciência grupal, sentimento de pertencer a um grupo - solidariedade e identidade.

Já a *teoria do comportamento coletivo* sob a óptica do funcionalismo é uma combinação da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons, em que se adota uma lógica utilitarista, com uma orientação normativa instrumental, em que se acredita na estaticidade e no controle de uma ordem social.

Por fim, as *teorias organizacionais-institucionais* buscaram, na produção weberiana sobre burocracia e na de Michels sobre lei de ferro das oligarquias, o fundamento para entender os aspectos referentes aos comportamentos coletivos reunidos em organizações com objetivos específicos. Esta corrente estimulou a produção de conhecimento sobre a mobilização de recursos, que se apresenta como uma teoria coeva, para Gohn (2006).

No que tange à abordagem contemporânea, surgiu a partir de relevantes mudanças ocorridas na sociedade norte-americana nos anos sessenta. A abordagem clássica rejeitou a ênfase tradicional dada aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos e o *approach* psicossocial dos clássicos que, segundo seus seguidores, não dava conta de explicar os movimentos sociais surgidos naquele período – por exemplo: contra a guerra do Vietnã, feminismo etc. (GOHN, 2006). Assim, houve um enquadramento das ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais. Esta abordagem foi representada pela teoria da Mobilização

de Recursos e a teoria de Mobilização Política (MP) ou das oportunidades políticas, como esta era também conhecida.

A teoria da Mobilização de Recursos, que se desenvolveu concomitantemente ao *boom* do crescimento da teoria organizacional - mais especificamente da escola de negócios nos EUA -, rejeitou a Psicologia como foco básico para a explicação das ações coletivas.

Na concepção de Olson (1999), as pessoas se agregam para resolver problemas que não poderiam ser enfrentados de outro modo, sendo assim, este autor reconhece que uma afetação sentida no nível individual é canalizada, com elevados custos, para o nível coletivo, visto com a maximização das ações individuais. Posto isso, faz a analogia de uma ação de uma empresa com a de um grupo social com interesses comuns, onde, para ele, coerções são necessárias para que os indivíduos assumam os custos pessoais da ação coletiva.

No entanto, McAdam e Scott (2005), ao seguirem as formulações da sociologia funcionalista, já alertam para o cuidado que se deve ter diante da relação complexa e paradoxal entre organização e burocratização, uma vez que a apropriação inadequada de certos conceitos organizacionais na esfera dos movimentos sociais pode comprometer a preservação das ideologias dos movimentos sociais. A ênfase desta corrente é dada a uma visão economicista, à teoria do utilitarismo; e dentre seus temas em realce está a disponibilidade de recursos, sejam eles humanos, financeiros ou de infraestrutura, os quais permitam a viabilidade do movimento social.

Mas há autores - em especial Tarrow, o mentor da teoria de “estruturas de oportunidade política” - que defendem a ideia de que se deveria considerar o fato de que os contextos institucionais estabelecem redes de incentivos e limitações à participação nos diversos modos de ação coletiva, pois não são só resultado de motivações pessoais, como se vê em grande parte da literatura sobre capital social, e assim tais incentivos afetam decisões individuais sobre o envolvimento com entidades da sociedade civil. (NORTH, 1995; ROTHSTEIN, 2000). Deste modo, firma-se a teoria da Mobilização Política, que resultou de um debate significativo, ocorrido nos anos oitenta, entre o paradigma norte-americano e a corrente europeia dos Novos Movimentos Sociais, onde se envolveram americanos e europeus, cuja categoria-chave foi a estrutura das oportunidades políticas, onde são realizadas menções às questões referentes a poder, a interesses e à política.

Em suma, com relação ao paradigma norte-americano, pode-se afirmar que em meados dos anos sessenta pesquisadores começaram a formular argumentos políticos e organizacionais para

tratar da insurgência social, transferindo seu foco do comportamento coletivo para a ação coletiva (McADAM; SCOTT (2005). A partir desse marco, o fenômeno coletivo deixou de ser visto como uma mera convergência de comportamentos individuais e passou a compor a teoria da Mobilização de Recursos que, conforme Diani (2000), teve uma significativa influência dos estudos organizacionais e da abordagem da escolha racional de Olson (1999). McCarthy e Zald (1977, p.1.218) definem organização de movimentos sociais como uma “organização complexa, ou formal, que identifica suas metas com as preferências de um MS, ou de um contra-movimento, e tenta implementar essas metas”. De forma complementar, McAdam e Scott (2005) destacam que tais metas sofrem a influência das manifestações de liderança, estrutura administrativa, incentivos para participação e meios para adquirir recursos e apoio, o que sublinha a interferência de meios externos na aquisição de recursos e, assim, passam a ser também estudadas e consideradas as condições e as oportunidades políticas.

Em se tratando do paradigma europeu, há duas abordagens teóricas bem delineadas: uma neomarxista e outra culturalista-acionalista, esta ficou conhecida como Novos Movimentos Sociais (NMS). Ambas se subdividem em várias correntes, ou seja, não existe uma homogeneidade explícita; entretanto, geralmente a perspectiva acerca dos NMS é destaque na literatura sobre movimentos sociais.

A abordagem neomarxista se constitui de duas correntes: a teoria dos historiadores ingleses e a teoria histórico-estrutural. Três nomes de grande expressividade na primeira são Hobsbawm, Thompson e Rudé. Hobsbawm, em “seus estudos históricos, sempre tem a preocupação de recuperar as condições concretas de vida das classes trabalhadoras, suas lutas, movimentos e projetos” (GOHN, 2006, p. 201). Thompson segue a trilha de Hobsbawm ao elaborar, a partir dos anos cinquenta, estudos que resgatam a história de classes trabalhadoras inglesas e retoma uma categoria básica de análise nos marcos do materialismo histórico: a experiência histórica e cultural das pessoas envolvidas nos movimentos sociais (GOHN, 2006, p. 203).

Já Rudé aborda o papel das ideologias, isto é, quem são os atores comuns e o que motiva suas ações à frente dos movimentos sociais. Ao analisar seus escritos, nota-se que a identidade do homem comum, as manifestações e as revoluções ocorridas, sobretudo nas sociedades pré-industriais, bem como a ideologia, são assuntos frequentes (RUDÉ, 1982).

No que tange à teoria histórico-estrutural, cabe comentar que, nos anos setenta, Castells pregou a renovação dos debates sobre questões urbanas, destacando o papel de diferentes atores e suas prá-

ticas sociais - movimentos sociais urbanos (cidadãos ou de cidadãos). Além de Castells, sublinham-se Borja e Lojkine. Dentre assuntos mediadores de seus trabalhos, pode-se mencionar a cidadania; as relações com a cidade e o Estado; as contradições; e os limites e possibilidades dos movimentos sociais (CASTELLS, 1972; BORJA, 1975; LOJKINE, 1981).

Com relação à abordagem culturalista-acionalista ou dos Novos Movimentos Sociais, como é mais conhecida, constitui-se de três correntes: a histórico-política, a psicossocial e a acionalista.

A histórico-política utiliza categorias neomarxistas e critica as abordagens microssociais. Claus Offe é um dos representantes desta corrente que não rompe completamente com o marxismo e opera, preferencialmente, com categorias analíticas macroestruturais. Ele define os movimentos sociais como uma prática política não institucional, mas chama a atenção para o apagamento que estaria se processando contemporaneamente nos limites entre o comportamento político e o privado (OFFE, 1988). Nesta corrente, então, prima-se por uma análise política e suas categorias de investigação, ou seja, temas contemplados de forma mais eloquente são: a descentralização, a estabilidade e o equilíbrio da ordem social; e o papel do Estado diante dos processos sociais.

Na corrente psicossocial, concede-se espaço primordial às figuras de Melucci, Laclau e Mouffe. Nela uma atenção especial é concedida às estruturas micro, ou seja, à análise microssocietal, com enfoque, como o próprio termo induz, psicossocial. Melucci (2001; 2011) defende a ideia de contemporaneidade em vez de novidade, pois, para ele, o “novo” em outro sentido - que diante de uma fluidez inerente à natureza dos movimentos sociais torna-se incoerente de se designar. Nestes trabalhos, são estudadas a identidade coletiva, a autonomia, a ideologia e as lideranças exercidas nos movimentos sociais. Nesta mesma linha de raciocínio, Laclau e Mouffe (2011) tratam da pluralidade dos movimentos sociais e ressaltam as características de novas classes que não mais se limitam à condição econômica.

Já a acionalista é uma corrente representada por Alain Touraine, que tem seu trabalho alicerçado na “sociologia de ação”, em que a sociedade se ajusta por meio de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais (TOURAINÉ, 1965). Conforme Gohn (2006, p. 142) registrou, Touraine, em seus primeiros estudos, “elaborou uma teoria das condutas e comportamentos sociais a partir da análise dos movimentos sociais; posteriormente, passou a estudar nesses movimentos os sistemas e mudanças sociais”.

A análise nesta corrente é, então, macrosocietal e sociocultural e, assim, investigam-se: ação de grupo (coletivo); conflito e integração; ator, adversário, campo de disputa e campo de conflito; as relações sociais; e o projeto político.

Johnston, Larana e Gusfield (1994) sintetizam oito características básicas dos NMS: não há clara definição do papel estrutural dos participantes; as características ideológicas dos NMS contrastam-se com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação; eles abordam o surgimento de novas dimensões da identidade; a relação entre o individual e o coletivo é obscurecida; envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana; adotam táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência, diferentemente das táticas utilizadas pela classe trabalhadora, como a não-violência, a desobediência civil etc.; a organização e a proliferação dos NMS estão relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais; e estes movimentos organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados.

Assim, depreende-se que no paradigma europeu a ênfase é dada à identidade do movimento social constituído no interior da estrutura da dinâmica de conflitos de uma dada sociedade e, desta forma, a análise do movimento não pode começar diretamente com atores, mas com uma explicação acerca da emergência do ator.

O paradigma latino-americano baseou-se em estudos sobre movimentos sociais emancipatórios, em lutas populares urbanas e em lutas pela terra. Este paradigma foi fortemente influenciado pela abordagem marxista, na década de setenta, e pela dos Novos Movimentos Sociais nos anos oitenta.

A marxista pode ser, dentre vários estudiosos, representada por Manuel Castells, por meio de uma contemplação de contextos de lutas emancipatórias, que manifestamente considera, conforme já mencionado, estes temas em seus estudos: cidadania, relações com a cidade e o Estado, contradições, limites e possibilidades inerentes aos movimentos sociais; hegemonia, contradições urbanas; e lutas sociais.

A corrente do paradigma latino influenciada pelos Novos Movimentos Sociais teve como disseminadores, no Brasil: Cardoso e Falleto (1970); no México: Calderon, Camacho, Navarro e Montezuma, Ramirez, Pradilha, Ziccardi, Casanova, Massolo, Guevara; no Chile: Pastrana, Espinosa, Garretón, Frank e Fuentes, Razeti; na Argentina: Jelin e Laclau; na Costa Rica: Camacho; na Colômbia: Fals de Borda; na Nicarágua: Corragio; na América Central (destaque

El Salvador): Lungo, Alvarez e Escobar; além de estrangeiros que estudam a América Latina, como Touraine, Castells e Mainwaring, por exemplo. Sobre as ideias desta corrente, foi realizada uma releitura de novos sujeitos históricos, bem como um estudo do campo de força popular, da cidadania coletiva, da espoliação urbana, da exclusão social, da descentralização, da espontaneidade, das redes de solidariedade, do setor terciário - privado e público (GOHN, 2006). Posto isso, a figura do novo ator social, a identidade, os valores, a organização popular, o projeto político e a cultura política são temas em voga.

Posto isso, Gohn (2006) sintetiza que este paradigma representa muito mais uma colocação estratégica do que real, pois, quando se aborda estudos sobre movimentos sociais com este olhar, em muitos casos parte-se para o aspecto prescritivo da ação e não se define uma identidade latino-americana, uma vez que muito tem contado com o suporte dos paradigmas norte-americano e europeu. A explanação destas abordagens e respectivas correntes não tem como finalidade fechar uma espécie de mosaico do conhecimento sobre as teorias dos movimentos sociais, mas, brevemente, conceder um rápido panorama dos paradigmas das teorias dos movimentos sociais, os quais têm buscado, constantemente, categorias de análise que, sem infringir o propósito maior de um movimento social, consigam incorporar conhecimentos que reduzam as suas fissuras, ou seja, lacunas existentes no contexto contemporâneo ao se fazer movimentos sociais.

Aqui procura-se conceder subsídios para a identificação das ideias centrais dos trabalhos na Administração, mais especificamente, os discutidos nos referidos eventos.

## MÉTODO DE PESQUISA

Este trabalho pode ser classificado como uma estratégia de pesquisa teórico-empírica e se fundamentou em artigos científicos apresentados de 2001 a 2011, em três eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD): Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD (ENEO) e Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD (ENAPG).

Tais eventos foram escolhidos por representarem importantes espaços do campo científico da Administração, e, por se tratarem de eventos, têm um importante papel em trazer à tona temas mais emergentes na área, discussões ainda incipientes como a aproximação das reflexões sobre movimentos sociais e estudos organizacionais.

Assim, dentre os artigos publicados nesses eventos, foram localizados os que comportassem as palavras-chave “movimento” e “mobilização” no corpo do seu texto. Essas palavras foram eleitas por não envolverem termos centrais nos estudos analisados. Não se utilizou o termo: “movimento(s) social(is)”, pois, grande parte dos artigos não explica o termo “social”, mas sim “movimento” seguido de sua designação específica.

Após essa busca e análise dos resumos, foram excluídos os artigos que não apresentavam relação direta com o assunto em questão, ou seja, não tratavam dos movimentos sociais como foco de estudo e discussão.

Mediante essa triagem foram selecionados vinte (20) artigos: 8 do EnANPAD, que é um encontro anual; 7 do EnEO e 5 do EnAPG, que são encontros bienais, sendo que o EnAPG começou a ocorrer somente a partir de 2004.

Na sequência, todos os artigos foram lidos na íntegra e tiveram seus propósitos principais destacados, bem como as nuances relativas às suas categorias de análise. De posse desses destaques, foi retomada uma análise dos trechos mais significativos e consideradas categorias organizacionais predominantes em tais textos.

Cabe destacar que não se limitou à identificação de citações de estudiosos de movimentos sociais - até mesmo porque a maioria dos trabalhos não faz uso da literatura sobre esses movimentos sociais -, mas buscou-se, sim, uma aproximação das categorias de análise de elementos organizacionais com os paradigmas das teorias de movimentos sociais.

Com o intuito de propiciar um entendimento mais expressivo acerca dos fundamentos epistemológicos adotados nos artigos, foram trabalhadas como categorias iniciais de análise os principais temas e as abordagens adotadas na construção do conhecimento sobre os movimentos sociais nos referidos trabalhos, tomando por base a referência dos paradigmas apresentados por Gohn (2006), que são: o norte-americano, o europeu e o latino-americano.

Os estudos predominantemente influenciados pelo paradigma norte-americano tendem a ser representados por categorias de análise que privilegiem a lógica dominante de organizar, que se baseia em aspectos utilitaristas e teleológicos, como hierarquia, definição de planos, estruturas, processos, escolhas racionais, oportunidades políticas etc.

O paradigma europeu tem mais afinidade com outra forma de se perceber organização. Ao considerar a nova configuração de ator social no contexto do movimento, passa a ter em alta conta a pluralidade dos movimentos sociais e os fatores que transcendem a concepção calculista do organizar. Posto isso, são valorizadas categorias como: identi-

dade social, representações coletivas, macropolítica do poder, solidariedade, redes sociais etc.

Já o paradigma latino-americano pode ser identificado por meio de especificações do cenário de luta, do campo de força popular, da cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização etc. Na análise dos artigos procurou-se não só identificar a influência do marxismo e dos NMS, mas perceber as evidências de que o autor buscava em seus escritos a preservação da identidade latino-americana.

## ANÁLISE DOS ARTIGOS APRESENTADOS NOS TRÊS EVENTOS

Quando se toma o conjunto de todos os trabalhos em estudo é importante salientar que muitos deles apresentaram indícios e premissas de mais de uma corrente e, às vezes, até de mais de um paradigma, o que torna a sua caracterização bastante híbrida. Já outros apresentaram predominância de uma dada perspectiva. Nesta amostra de artigos não se evidenciou a adoção de teóricos sobre movimentos sociais e, por este motivo, a manifestação da predominância dos paradigmas não foi explícita, mas sim implícita, por meio das categorias, dos elementos organizacionais mais valorizados pelos autores e pela forma que tais elementos foram contemplados no decorrer dos trabalhos.

### Artigos predominantemente pautados no paradigma norte-americano

Conforme já se contemplou anteriormente, o paradigma norte-americano caracteriza-se por manifestações acerca de respostas sobre a estruturação sócio-política e econômica relacionada aos movimentos sociais.

Como este paradigma sofreu direta influência da escola de negócios nos Estados Unidos na época de sua consolidação, apresenta muitas convergências de concepção com a definição usual de organização nos estudos organizacionais, a qual reconhece organização como sinônimo de empresa, ou seja, uma “coordenação racional de atividades de um conjunto de pessoas em busca de algo em comum, objetivos ou regras formais, através de uma cadeia de autoridade e responsabilidade” (MISO-CZKY, 2012, p. 27), o que Solé (2003) afirma ser uma visão teleológica bastante reducionista.

Ao analisar os artigos, percebeu-se que este paradigma não representou a maioria, porém, trouxe consigo forte relato em cinco (5) dos trabalhos, em grande parte influenciados pela abordagem contemporânea, por meio de discussões sobre a

mobilização de recursos, sejam eles humanos, financeiros ou estruturais, bem como a questão das viabilidades políticas.

Um dos trabalhos caracterizados pelo predomínio do paradigma norte-americano é o artigo “Trajetória de um agente econômico estatal e seu relacionamento com os movimentos sindicais rurais” apresentado no EnANPAD de 2001, em que Oliveira (2001) trata da necessidade percebida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) de reorientar suas políticas empresariais-desenvolvimentistas e interagir com movimentos sindicais rurais. Neste contexto, a autora aborda a necessidade de mobilização de recursos ao apontar algumas dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico nacional nos anos oitenta, como: a escassez de recursos, os conflitos burocráticos intra e inter-setoriais com os quais o movimento se deparava; bem como os cortes orçamentários etc. Isso converge com a óptica da mobilização de recursos, em que os movimentos são reconhecidos como grupos de interesses que lutam por fontes de recursos, por meio da lógica racional da interação de indivíduos em busca do alcance de metas e estratégias avaliadas sob o alicerce do utilitarismo (GOHN, 2006). Além disso, Oliveira (2001) discute os motivos que levaram o Estado a alterar sua lógica tecnocrática e passar a utilizar ferramentas mais democráticas em sua gestão, a ponto de interagir e firmar alianças com atores sociais vitimados pelas barragens. A autora considera a necessidade de refletir a organização do grupo demandatário e das oportunidades políticas diante do desenvolvimento do processo político, não se limitando às variáveis econômicas (TARROW, 1988).

Bier et al (2009) analisam a participação de uma diversidade de atores sociais na coprodução de bens e serviços públicos na Associação de Artesãos de Florianópolis. Os autores contam que a associação procurou a Universidade do Estado de Santa Catarina em busca de apoio para a consolidação de suas atividades, e relatam no texto o desenvolvimento destas e as relações estabelecidas na coprodução do bem público, abordando as intenções, os procedimentos, a prática do organizar, bem como evidenciam a configuração do novo sujeito social neste processo. Os autores tratam da alavancagem de recursos na esfera da gestão pública e do dinamismo da sociedade civil em favor de oportunidades políticas, voltando os holofotes ao ambiente político como estrutura geradora de oportunidades e restrições (TILLY, 1998).

Some-se a esse enfoque predominante a abordagem de redes, que embora apareça de modo coadjuvante, também é digna de análise. Este é um trecho do artigo em que os autores sublinham a

atuação da rede de atores sociais na coprodução de bens e serviços públicos:

Dentre os novos mecanismos de participação consolidados em muitos locais, Schommer (2003) cita o exemplo dos conselhos municipais e estaduais, o orçamento participativo e a incorporação e a revalorização de organizações tradicionais, como associações de bairro, clube de mães, grupos de jovens e da terceira idade, conselhos de pais nas escolas e muitos outros. Esses são elementos que apontam para a construção de redes institucionais que reúnem diversos atores, envolvendo articulações intersetoriais. (BIER et al 2009, p. 4).

Segundo Scherer-Warren (2006), dentre os mais diversos níveis de interesse para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, pode-se tipificar as *formas de articulação interorganizacionais*, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil. É por meio de tais formas de mediação que são estabelecidas as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado.

O artigo de Santos e Laner (2008) também evidencia a lógica da Teoria de Mobilização Política, uma vez que elas abordam as mudanças ocorridas nas relações internas de poder do Movimento Passe Livre e a influência disso na formação do movimento atual e na ligação com outras organizações. As autoras entrevistaram três (3) integrantes, quatro (4) ex-integrantes e um (1) simpatizante do Movimento Passe Livre e abordaram os recursos de poder por meio de dois indicadores: as bases de poder, representadas por recompensa, coerção, legitimação, referência e especialização; e as fontes de poder organizacional, analisadas por meio da personalidade, da propriedade e da organização. Como resultados evidenciaram a ligação com outras organizações, a imposição de ideias pelo ataque verbal e a capacidade de aceitação de outras opiniões para a formação de uma ideia central da organização. Apesar de não ter menção explícita a Tarrow, as suas mesmas ideias se fizeram marcantes e foram consonantes com a concepção das autoras, que, em vários trechos do trabalho, frisaram o modo como o Movimento Passe Livre sofre a influência de estruturas de oportunidades políticas, da formação de redes difusas, das escolhas das manifestações de ação coletiva (TARROW, 1998).

No trabalho “Entre a autonomia e a institucionalização: a participação dos movimentos sociais no Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro”, Zani e Kronemberger (2010) caracterizam a atuação de atores no Conselho Municipal de Saúde do Rio



de Janeiro por meio da análise da legitimidade da representação, das matrizes discursivas evocadas, da legitimidade conferida ao conselho, e da articulação com demais atores sociais. À luz de Teixeira (1995) e Carvalho (1998), eles utilizam o termo “febre conselhistas” para trazer uma discussão sobre a configuração de espectro alternativo e mais democrático que passou a se configurar na sociedade brasileira, sobretudo após a promulgação da Carta Magna de 1988. Eles relatam as disfunções dos representantes dos diversos segmentos da sociedade civil no contexto do conselho em análise, que, segundo eles, muitas vezes não tem legitimado os anseios das classes que representam em favor de seus próprios interesses. Eles enfatizam a constituição das mobilizações políticas, bem como as estratégias relativas ao alcance dos resultados, prementemente, democráticos. Nota-se que no artigo os autores tentam discutir a até então ausência de hábitos sociais voltados à democracia. Desta sorte, foi possível associar as ideias dos autores com as de McCarthy e Zald (1996), que advogam a abordagem de mecanismos cognitivos por meio de *framing process*, com vistas ao compartilhamento de ideias socialmente construídas.

Dentre as manifestações embasadas, predominantemente, no paradigma norte-americano, as mobilizações em favor de recursos foram discutidas como pano de fundo, mas o foco primordial foram as afirmativas acerca de relações de poder com o Estado e demais atores, ou seja, de negociações políticas, em alguns casos em favor de um consenso, como no caso de Oliveira (2001) e Bier et al (2009) e, em outros, em favor de uma organização de luta contra-hegemônica, como se percebe nos trabalhos de Santos e Laner (2008) e Zani e Kronemberger (2010). Nestes cenários de discussão, pode-se notar que, apesar de em muitos momentos os autores tratarem de estruturas, processos e estratégias, por exemplo - algo hegemonicamente reforçado em estudos tradicionais da Administração-, também conseguiram trazer à tona para reflexão questões de poder no contexto de uma nova realidade que abarca os movimentos sociais. Ao encontro disso, cabe comentar ainda que mesmo predominando o paradigma norte-americano nesses quatro trabalhos, observou-se que dois deles (BIER et al, 2008; ZANI; KRONEMBERGER, 2010) também expressam aspectos inerentes ao paradigma europeu, ao contemplar indagações sobre uma nova configuração social e política do país.

### Artigos pautados no paradigma europeu

No geral, quando se trata de movimentos sociais a partir dos anos setenta, pensa-se nos Novos Movimentos Sociais; contudo, o paradigma

europeu que culmina nesta época é formado por duas abordagens: a neomarxista e a culturalista-acionalista, sendo que esta ficou conhecida como a dos Novos Movimentos Sociais. Diferente do paradigma norte-americano, que, mesmo diante de várias ênfases, consegue caracterizar com nitidez o paradigma europeu, que para Gohn (2006) deveria ser mencionado inclusive no plural, não consegue fazê-lo, pois suas abordagens e correntes se apresentam bastante distintas. Todavia, ele se mostra de uma forma diferente do norte-americano ao desviar a sua análise dos atores para análise da gênese de sua emergência. Neste cerne, estudos concebidos sob os alicerces do paradigma europeu tendem a reconhecer um novo cenário dos movimentos sociais, a sua pluralidade e, em muitas situações, deixam emergir categorias de análise organizacionais do campo sem a predefinição de quesitos a serem observados - o que é significativamente importante para os estudos organizacionais que buscam se afastar e ultrapassar as fronteiras do seu *mainstream*, oportunizando outro olhar para o organizar.

Costa (2010), em seu artigo “Repensando a gestão social: qual a relação entre mobilização comunitária e desenvolvimento em comunidades de alta vulnerabilidade social?”, problematizou a relação entre os processos de mobilização comunitária e de participação política com o desenvolvimento em contextos de alta vulnerabilidade social. Sua tese é de que todo processo de desenvolvimento deve ter um componente endógeno marcante que possa garantir, via empoderamento das comunidades, um movimento virtuoso de desenvolvimento que, concomitantemente, promova inclusão por meio da geração de renda e o amadurecimento político dos sujeitos. No entanto, isso não se confirma e ainda aparece uma dependência forte da ação do Estado como um vetor não só material, mas principalmente simbólico do desenvolvimento e da superação da condição de precariedade em que se encontram tais comunidades (COSTA, 2010). O autor trabalha com as categorias de desenvolvimento, participação, empoderamento e capital social usando Pierre Bourdieu, o que indica que não se limitou à análise de aspectos materiais ao estender a compreensão da influência política ao campo simbólico à formação de uma identidade coletiva que passa a existir diante da sobreposição do individual e do coletivo. Assim, além deste expressivo indício da adoção de uma concepção mais próxima do paradigma europeu, também envolve o novo papel da legitimação da representação e da participação política da comunidade no desenvolvimento desta, o que caracteriza certa afinidade com a corrente psicossocial dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2006).

Van Bellen e Penafiel (2005) investigaram a ideologia predominante em quatro ONGs do movimento ambientalista, utilizando como categorias de análise: missão/valores e ética ecológica. No que diz respeito a missão/valores, foram investigados o contexto de atuação da ONG, as alterações nos seus princípios ao longo do tempo, a sua relação com o mercado e com o Estado, o tipo de trabalho (assalariado ou voluntário), e o tipo de retribuição aos membros da organização. Já para investigar a ética ecológica, os autores analisaram a relação do homem com a natureza e com a sociedade, bem como a identificação de alternativas utilizadas pelas ONGs para superar o risco de crise ambiental. Com base na análise realizada, nota-se uma afinidade das colocações feitas pelos autores com a corrente psicossocial da abordagem dos Novos Movimentos Sociais pertencentes ao paradigma europeu, uma vez que ressaltam, fortemente, a questão da ideologia, da constituição de uma identidade entre diferentes demandas, das crenças e dos valores dos atores sociais das referidas ONGs (LACLAU, 2011).

O artigo de Barros e Paula (2008, p. 01) teve por objetivo

[...] inserir uma noção ampliada do que é uma organização social, sugerindo que esta expressa projetos políticos, na medida em que se concretiza como um terreno que é estruturado por escolhas que se manifestam na ação dos sujeitos orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses.

Os autores exploram a dimensão política, ou seja, discutem o papel do sujeito social e a questão da ideologia no âmbito dos movimentos sociais, por meio do resgate do pensamento de marxistas ocidentais como Gramsci e frankfurtianos. Eles se propõem a analisar os movimentos sociais por meio da *expressão de projetos políticos* e como *organizações*, destacando a necessidade de revisão do estatuto nos estudos organizacionais - o que, segundo destaca Rosa et al (2008), não foi realizado no decorrer do texto. Assim, ao tratar de projetos políticos, este trabalho mostra afinidades com a corrente acionista da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, que tem como um de seus representantes Touraine. Este sociólogo francês, em meados dos anos sessenta, partiu da noção de projeto para criar uma teoria sobre movimentos sociais, noção esta em que, diante de uma situação, o ator tem sempre a possibilidade de oferecer sentido às suas próprias condutas, contestando o sentido já dado no sistema social, o que converge com os dizeres de Barros e Paula (2008).

Misoczki e Misoczki (2010) contemplam as mobilizações em defesa do Morro de Santa Tereza, próximo ao Estádio Beira-Rio, que sediará os jogos de 2014, e abordam a relação entre cidades e megaeventos. Neste sentido, apresentam as transformações no plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Porto Alegre, para comportar obras direcionadas a tal evento. O conflito entre representantes da comunidade, que resistiram à permuta da área com uma empresa de construção, e o Governo do Estado resultou na derrota imposta pelo movimento "O morro é nosso" ao ente público. Assim, o objetivo deste artigo centrou-se na reflexão acerca dos conflitos socioambientais e das lutas por justiça ambiental no espaço urbano. O artigo relata a condição de um movimento social urbano com seus limites e conflitos, onde são aparentes as nuances de uma nova configuração de ator social (cidadino) e suas práticas sociais, características do paradigma europeu, embasado na corrente histórico-estrutural da abordagem neomarxista (CASTELLS, 1973).

Barros (2009), em seu artigo "Movimento Estudantil Organizado: contribuições para aproximações entre estudos organizacionais e movimentos sociais", apresenta o movimento estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais, o qual, segundo ele, organiza-se de forma específica, sendo que se configura a ideia de "minorias ativas" que se reúnem em torno de um projeto de solução de conflitos. O autor defende a ideia de que os movimentos sociais podem ser objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais, por serem detentores de uma racionalidade que pode se diferenciar daquela condutora das organizações produtivas na economia capitalista. Depreende-se que este trabalho foi concebido sob os alicerces da corrente acionista dos Novos Movimentos Sociais, uma vez que são destacadas: ação do coletivo, bem como nitidamente os atores, o adversário, o campo de disputa e o campo de conflito em torno de um projeto político, que foi chamado de solução de conflito (TOURAINÉ, 1977). Além disso, Barros enfatiza a pluralidade dos movimentos sociais, na atualidade, o que é próprio do pensamento inerente aos Novos Movimentos Sociais (LACLAU, 2011).

Fontenelle (2010) analisa discursos do consumidor responsável na mídia de negócios, por meio de achados empíricos observados nas revistas *The Economist* e *Exame*, de 1996-2007. Para isso, a autora reflete sobre o lugar atual da resistência, a análise focada na crítica ao consumo, as teorias de resistência do movimento antimarcas, o surgimento do discurso corporativo sobre consumo responsável, bem como as indagações e inseguranças dos consumidores diante do contexto de individuali-

zação. Frente aos artigos sobre empoderamento e responsabilização do consumidor, a autora notou que houve absorção da crítica advinda do movimento antimarcas, que se iniciou com o movimento contracultural dos anos sessenta. Ao analisar o discurso, a autora foca a cultura e a ideologia dos referidos consumidores, estabelecendo uma proximidade com a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Em consonância com esses relatos, Laclau (2011) defende a ideia de que a sociedade se caracteriza pela incompletude e que sempre há fissuras, rachaduras em um modelo hegemônico, passível de antagonismos e, a partir disso, um outro discurso passa a disputar a fixação de sentido e é isso que acontece com o movimento antimarcas.

Ferraz et al (2008) elaboraram uma obra sobre a centralidade do trabalho no processo de construção da identidade, fazendo um estudo com membros do movimento dos trabalhadores desempregados. Mais pontualmente, eles abordam a história de vida de duas mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e analisam a forma como se dá a construção de identidade dos membros deste movimento. Segundo os autores, mesmo após serem submetidas a condições de exploração - algo compartilhado por sua classe social, que as colocava em uma condição de “trabalhadoras exploradas” – tais mulheres foram remetidas à condição de “mulheres desempregadas” e ao ingressar no Movimento dos Trabalhadores Desempregados negaram a ideia de “eu trabalhadora explorada” e incorporaram a de “eu trabalhadora autogerida”, resultado de lutas por autonomia e reconhecimento social ao longo do tempo. Este trabalho, ao centrar-se em identidade coletiva, autonomia, ideologia e aspectos relacionados aos seus valores sociais, retrata uma relação próxima com o paradigma europeu, representado pela corrente psicossocial da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, sendo, inclusive, as categorias utilizadas também enfatizadas por Melucci (1980).

Em seu trabalho Loebel (2008) se propõe a analisar a percepção dos integrantes do movimento social urbano por moradia no bairro Conceição, Osasco-SP, sobre experiências participativas. O autor fez um levantamento de dados secundários no decorrer de dois anos e meio mantendo contato com a localidade, além disso, realizou entrevistas com integrantes desse movimento. Os questionamentos giraram em torno de como os sujeitos percebiam as suas experiências participativas e como tais experiências impactaram as condições de vida do bairro. Como resultados, foram apontados aspectos positivos à medida que muitos conquistaram suas moradias, mas também aspectos negativos. No que diz respeito aos negativos, os participan-

tes destacaram a obstrução advinda de agentes externos que impedem as melhorias nas condições de vida do bairro. Nesta pesquisa nota-se tanto a influência do paradigma norte-americano, incitado pela teoria da mobilização de recursos devido às manifestações em torno da dificuldade de recursos no exercício do movimento, quanto do paradigma europeu, que se manifestou por meio da influência da corrente histórico-estrutural, da abordagem neomarxista, por se tratar de um movimento social urbano, que envolve questões relativas às contradições urbanas e cidadania, bem como pela influência da corrente psicossocial dos Novos Movimentos Sociais, em função da ideologia e percepção dos sujeitos sobre as suas experiências participativas (GOHN, 2006).

Silva e Silva (2010), ao estudar a trajetória do movimento de mulheres e a formação dos grupos feministas na Paraíba, contemplam as teorias na constituição destes grupos, suas ideologias e perspectivas. Os autores alertam para o fato de que, com o tempo, foram várias as influências no movimento de mulheres, no entanto, uma teoria não se sobrepõe à outra, sendo que elas se complementam e, em muitas situações, coexistem. Diante da importância dada à questão discursiva na constituição identitária, a teoria dos Novos Movimentos Sociais se avulta, incidindo sobre os fundamentos da corrente psicossocial (LACLAU; MOUFFE, 1985).

No artigo “Consciência de classe, subjetividade e organizações: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados”, Ferraz e Menna-Barreto (2010) analisaram as determinações sociais que permitiram o movimento de constituição de uma consciência de classe em um estrato da população desempregada mediada pela formação de um movimento social crítico do capitalismo, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Para isso, os autores adotaram um debate marxista sobre classes sociais e consciência de classe ao mobilizar os estudos de Iasi (2006), os quais focam a formação do grupo subversivo como negação subjetiva da (re)produção objetiva. Assim, constata-se o destaque cedido à forma mais intensa da discussão de aspectos marxistas e ideológicos, que envolve a consciência do desempregado e a criação de uma identidade grupal, o que se mostra afim com a corrente dos historiadores ingleses da abordagem neomarxista.

“Trabalho e subjetividade no movimento *hip hop*: uma tentativa de compreensão a partir dos *ethos* de Bendassoli (2007)”, artigo desenvolvido por Bispo, Dourado e Amorim (2010), contempla veementemente a resistência política e cultural da juventude nas periferias das grandes cidades. As autoras ainda comentam a respeito da profissio-

lização que ocorre nesse campo, a qual pode estar mudando o rumo da lógica de existência do grupo. Entendem que como o movimento *hip hop* possui, em seus fundamentos, o elemento de crítica e reivindicação, possa haver também a possibilidade de fundamentá-lo em dimensão(ões) de trabalho além da lógica econômica. Assim, investigaram a dimensão do trabalho frente a integrantes deste movimento, sendo escolhidos dois (2) deles: Galo e Pixote, que negaram a influência de um *ethos* instrumental, consumista e gerencialista. Neste sentido, a abordagem de críticas às novas formas de banalização do capitalismo se mostra afim com a corrente psicossocial, pois envolveu a questão das ideologias dos membros do movimento investigado. Este estudo, de modo bastante pontual, busca pistas de formas alternativas de gestão, embasadas em categorias distintas da concepção funcional de organização (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008).

Winkler (2010) analisa o conceito de participação mediada pela internet via discussão de seus dois elementos, a saber, a participação política e o uso político das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que inclui a própria internet. Para tratar da participação, a autora usa Gramsci e o uso político das TICs é abordado por meio de expectativas e críticas ao uso da internet nos anos noventa. Nota-se que o paradigma europeu incide por meio das várias manifestações da autora - dentre elas, a rede de troca de informações não tem atingido seus propósitos fundamentais nem na esfera do Estado nem na sociedade civil -, pertinentes aos estudos de Castells (2000) sobre a sociedade em redes.

Santos et al (2004) buscaram conhecer a visão dos pesquisados quanto ao movimento do consumo consciente. Esta pesquisa abordou 105 participantes do *campus* central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, via questionário e contemplou questionamentos sobre:

[...] características mais atrativas no consumo de produtos; fatores decisivos para a escolha de produtos e serviços; leitura de rótulos antes da compra; acréscimo a ser pago por eco-produto; exigência de cupom ou nota fiscal; realização de queixa em órgãos de defesa do consumidor; rejeição de um produto de uma empresa que desenvolve atividades que poluem o meio ambiente, utiliza mão-de-obra infantil, ou apresenta posições racistas ou sexistas; conhecimento de certificações ou selos empresarias, e o que entendem por consumo consciente. (SANTOS et al, 2004, p. 7).

Os autores notaram que a concepção de consumo consciente está longe da ideia de “consumidor

cidadão”, já que se mostram interessados pela preservação do ambiente mas com um enfoque individualista, que se traduz em uma preocupação com o seu benefício próprio. Neste estudo, sobressaiu-se a importância da cultura, por meio de concepções, ideias, valores e crenças dos participantes da pesquisa, que personifica algumas características advindas da abordagem dos Novos Movimentos Sociais.

Em seu ensaio teórico, Winkler (2010) buscou discutir os limites e possibilidades do uso das novas tecnologias de informação e comunicação por uma rede de mobilização civil no Brasil, sob a perspectiva da democracia participativa, partindo da argumentação de Boaventura de Souza Santos a respeito da crise do contrato social e da emergência de uma nova organização política. Ela conclui que as novas tecnologias, se não usadas à luz de uma concepção de democracia participativa, podem, sob efeito inverso, ser ainda mais ocasionadoras de desigualdades sociais. A pesquisa de Winkler (2010) pauta-se no impacto de novas tecnologias, muito característico do paradigma europeu, e também nos estudos sobre redes, mas também reflete compatibilidade com a teoria de mobilização de recursos – da tecnologia e da informação.

Esse suporte dos recursos necessários para o apoio às redes informacionais comportadas pelos grupos sociais foi um aspecto ressaltado por Melucci (1989), que destacou as dificuldades que os movimentos sociais enfrentam ao lidar com uma outra realidade social e política, em que as interações entre os diferentes grupos, inclusive, com outros movimentos, acaba por exigir o suporte de recursos muitas vezes alternativos, se não em termos financeiros, no mínimo humanos.

Nesses trabalhos que, de modo preponderante, embasaram-se no paradigma europeu e em princípio não trouxeram a sobrecarga de uma concepção dominante de organização, os autores não buscaram categorias funcionalistas predefinidas, sendo que as reflexões foram mais direcionadas à constituição de um discurso que abarcasse as demandas emergentes na sociedade, de algum jeito, e a partir disso formasse a identidade do movimento. Assim, foram enfatizadas questões ideológicas dos integrantes dos movimentos estudados, no que tange: à ética ambiental, à ideologia de consumo, ao feminismo, às novas formas de banalização do capitalismo, dentre outras. Parece que a lente utilizada é alternativa, mas, concomitantemente, foi possível perceber que, ao se envolver com os detalhes dos aspectos sociais e políticos, os autores poderiam, associativamente, desenvolver mais as peculiaridades dos aspectos organizacionais que lhes dão suporte.

## Artigos pautados no paradigma latino-americano

De acordo com Foweraker (1995), apesar de mobilizações massivas terem ocorrido na configuração latino-americana, pouco se tem teorizado a seu respeito - os estudos têm se centrado em aspectos empíricos e descritivos dos movimentos sociais. Este também é um paradigma híbrido, que se baseia fortemente em uma abordagem marxista, nos anos setenta, que impregnou discussões sobre o contexto de lutas emancipatórias, relações com o Estado e cidadania. Também se baseia, de forma não menos expressiva, na abordagem dos Novos Movimentos Sociais nos anos oitenta, focando na autonomia e na identidade do sujeito coletivo, dentre outros aspectos.

Ao analisar os artigos delimitados neste estudo, conseguiu-se constatar a incidência de somente dois trabalhos embasados, predominantemente, no paradigma latino-americano: o de Pereira e Giesta (2005) e o de Rosa et al (2009).

Ao abordar a percepção de sindicatos gaúchos sobre relações de trabalho nas últimas décadas, Pereira e Giesta (2005) compararam a percepção de três (3) dirigentes de três (3) sindicatos e, posteriormente, fizeram um confronto dessas falas com o que é abordado na literatura sobre o assunto. Diante disso, as autoras questionaram a percepção dos dirigentes sobre: a evolução nas relações de trabalho nas duas últimas décadas nas esferas empregado, empregador e estado; a atuação e importância do movimento sindical, da justiça do trabalho e das empresas hoje; assim como sobre o futuro das relações de trabalho nas três esferas mencionadas. Por contar a história do movimento sindical brasileiro, o estudo dá indícios mais expressivos do paradigma latino-americano, que, como já foi comentado no referencial teórico apresentado, sofreu a influência de uma vertente marxista e, ao mesmo tempo, dos Novos Movimentos Sociais, que se manifestam pelas citações de Foucault acerca das relações de poder ao longo da história do movimento sindical.

Rosa et al (2009) desenvolveram o artigo "Por uma agenda de pesquisa sobre movimentos sociais na América Latina", por meio de uma abordagem das características constitutivas dos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil, das peculiaridades dos movimentos sociais na América Latina, da multidisciplinaridade dos estudos sobre movimentos sociais, do incentivo à aproximação dos estudos sobre movimentos sociais com os estudos organizacionais, e das lacunas da literatura brasileira sobre o tema. Em suma, eles fizeram um panorama dos paradigmas político, cultural e organizacional, evidenciando a necessidade de se considerar as peculiaridades latino-americanas e, mais especi-

ficamente, as brasileiras, preenchendo as lacunas na proximidade entre as teorias dos movimentos sociais e a teoria das organizações. Em função desta expressiva preocupação com as particularidades da realidade nacional inerente aos movimentos sociais brasileiros, ressalta-se a adoção do paradigma latino-americano, que como já se afirmou anteriormente é alvo de várias influências, não representando ainda um paradigma significativamente delimitado.

Em ambos os trabalhos, nota-se uma atenção dada às peculiaridades de lutas no devido contexto em que se inserem. Pereira e Giesta (2005), ao abordarem a realidade do sindicalismo gaúcho, e Rosa et al (2009) ao manifestar explicitamente sua preocupação com a preservação e estudo mais aprofundado deste paradigma. Porém, é lamentável que só tenham sido identificados dois trabalhos com este paradigma.

As dinâmicas de luta e resistência dos movimentos sociais latino-americanos emergentes na região, sobretudo a partir da década de noventa, são de potencial valia aos estudos organizacionais. Contemporaneamente, na América Latina, as modalidades de luta, a organização social e produtiva, bem como as formas de comunicação adotadas propiciaram o aparecimento de novas identidades, nas quais dinâmicas de resistência e organização devem ser pensadas de modo conjunto.

Além disso, o contexto latino-americano é caracterizado por movimentos de origem predominantemente urbana, mas também do âmbito rural, afirmados na base de uma sólida organização territorial, o que, supostamente, traz consigo uma riqueza de perspectivas. Grande parte deles emerge dos processos de desindustrialização e da crise da sociedade salarial, que implicaram mudanças radicais nas paisagens urbanas latino-americanas e colocaram as periferias e os subúrbios como um cenário político decisivo (HOPSTEIN, 2002). Neste sentido, acredita-se que a organização social de todo esse cenário, híbrido e permeado por dicotomias, pode trazer aos estudos organizacionais discussões sobre práticas organizativas não hegemônicas bem-sucedidas que comportem a nova dinâmica dos movimentos sociais.

Após a análise de todo material levantado, torna-se mister enfatizar que não foi possível e nem se teve o intuito de delinear um enquadramento em um único paradigma específico. Sabe-se que os autores não trabalham sob uma lógica de engessamento paradigmático, havendo, sim, a interação de temas/categorias de análise derivadas dos vários paradigmas, o que parece vir ao encontro da afirmação da ausência de uma teoria própria dos movimentos latino-americanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos vinte (20) artigos analisados, observou-se que quatorze (14) deles apresentam elementos do paradigma europeu; quatro (4) parecem ter sido escritos, predominantemente, à luz do paradigma norte-americano, e apenas dois (2) trabalhos sofrem mais influência das ideias do paradigma latino-americano.

Sabe-se que todos os movimentos em análise e discussão são latino-americanos, seguindo o critério geográfico-espacial de Gohn (2006); no entanto, a preocupação com o referido paradigma só se manifestou nos trabalhos de Rosa et al (2009) e de Pereira e Giesta (2005). Observou-se que, em muitos trabalhos houve a incidência de categorias de análise apresentadas em paradigmas distintos, mas acredita-se que, aos poucos, a realidade nacional desses movimentos seja considerada e se possa representar subsídio a uma teoria própria, não com a intenção de delimitá-la, mas de criar uma identidade que consiga comportar a nova configuração das demandas latino-americanas, que não somente se fundam em lutas de classes, mas em aspectos emancipatórios e na formação de uma nova identidade social por parte dos seus integrantes (LACLAU, 2008).

Os trabalhos que apresentaram mais afinidade com o paradigma norte-americano, ao tratar de elementos organizacionais como estrutura, estratégia, organização dos grupos, gestão de recursos e questões políticas, direcionam suas análises de forma enfática a uma lógica racional da interação de indivíduos, que visa ao alcance de metas designadas, previamente, no alicerce do utilitarismo (MISOCZKY, 2012). Isso se explica pela forte influência que este paradigma tem da concepção usual de organização, dominante nos estudos organizacionais. Esta visão, embora não possa ser desprezada e assuma um espaço importante na academia e nas organizações, sucumbe, em muitas situações, à possibilidade de emergência de novas categorias de análise que favoreçam um olhar diferenciado ao contexto dos movimentos sociais contemporâneos, que tanto têm a oferecer em termos de peculiaridades. Os estudos organizacionais correm o risco de se limitarem a uma visão míope dos processos e das dinâmicas dos movimentos sociais, tão sugeridas por Spicer e Böhm (2006) como espaços alternativos de análise organizacional.

Constatou-se, nestes artigos de predominância do paradigma norte-americano, que as práticas articulatórias, embora supostamente semelhantes à maioria das organizações burocráticas, carecem de estudos mais minuciosos acerca da relação constituída com os aspectos institucionais, já que esta

relação, no cerne dos movimentos sociais, propicia um comportamento organizacional distinto, pois tais aspectos se pautam na fluidez e na vulnerabilidade dos processos ao lidarem com o trabalho voluntário. Acredita-se que a pesquisa sob esta lente possa oferecer subsídios de relevante importância para se repensar o organizar.

Por outro lado, nos trabalhos em que se lançou mão do paradigma europeu, na maioria dos casos houve um olhar macropolítico que buscou investigar os antagonismos sociais, os aspectos culturais que fortaleciam a formação da identidade coletiva, a constituição dos discursos hegemônicos, e a forma como se mantinham e se consolidavam.

Nos referidos trabalhos, notou-se que a configuração de novos atores sociais na sociedade contemporânea tem interferido, diretamente, na formação dos movimentos sociais. As atividades desenvolvidas no cerne dos movimentos sociais nem sempre podem ser designadas pessoa a pessoa, sendo muito evidente a multivalência das pessoas que o compõem no exercício das suas tarefas. Não se manifestou em artigo algum a divisão de trabalho e formas de controle impositivas, uma vez que esses movimentos lidam com o voluntariado, que é uma forma de trabalho que pela sua natureza já é diferenciada. A solidariedade entre os componentes dos movimentos sociais também reforça uma ideia de cooperação mútua e de multivalência, mas em nenhum trabalho foram abordados os conflitos cotidianos que permeiam o dia a dia dos movimentos. Esses conflitos de ideias são trabalhados em favor da evolução na formação do movimento e também para se unir às demandas, o que acaba sendo um dos grandes desafios dos movimentos sociais (LACLAU, 2011).

Supunha-se que os trabalhos do EnAPG, por ser um evento de administração pública, pudessem ter mais proximidade epistemológica com o paradigma norte-americano, mas de cinco trabalhos analisados somente o de Zani e Kronemberger (2010) foi identificado com o paradigma norte-americano. Isso pode significar também que estudiosos da gestão pública têm adotado um jeito mais eclético de analisar seus fenômenos, sem se prender às amarras da forte interferência que o gerencialismo tem na sua história.

O cenário latino-americano, por ter seus recortes e diferentes nuances na sua história, é potencialmente um espaço promissor para estudos organizacionais. Gohn (2006) sublinha a diferenciação interna desses movimentos, em termos de formas de organização, propostas, projetos políticos, articulações, tipos de liderança etc. Ao se considerar que a realidade brasileira é ainda mais peculiar, entende-se que esta mesmo tende a oferecer muitos

indícios de como movimentos sociais se comportam de modo diferenciado de organizações tradicionais, em determinados aspectos em detrimento de outros.

Em suma, a análise dos dados indica que o paradigma mais utilizado foi o europeu, com forte apoio do norte-americano, e o que mais chamou a atenção foi a carência de estudos que se empenhem, pontualmente, na construção de uma teoria dos movimentos sociais latino-americanos no âmbito dos três eventos analisados.

Notou-se que a maioria dos artigos demonstrou a preocupação de se envolver aspectos relacionados à pluralidade dos movimentos sociais, à inclusão social e aos conhecimentos dos valores culturais não só dos indivíduos, mas também dos grupos que o constituem; todavia, ainda fica muito evidente a importância concedida à corrente da mobilização de recursos e à da mobilização política. Sabe-se que estas abordagens apresentam íntima relação com a literatura do *mainstream* funcionalista da Administração, bastante polemizada pela teoria crítica; mas advoga-se a ideia de que mesmo comportando a pluralidade do social e as demandas emergentes, que remetem o sujeito coletivo a uma nova identidade, não se deixe de considerar as formas como se dinamizam: a realização de atividades, as relações de domínio, os processos de escolhas de alternativas, a condução de grupos, bem como a forma como as pessoas participam da organização das lutas. Some-se a isso a necessidade de análise e o potencial que tem a oferecer os movimentos latino-americanos e, em especial, os brasileiros.

Assim, depreende-se que a complementaridade das abordagens contempladas neste estudo, seus confrontos e seus limites, tendem a se configurar de forma mais veemente nos estudos desenvolvidos sobre movimentos sociais na área da Administração, seja para subsidiar novas categorias de análise no cerne organizacional ou para auxiliar na construção de novas teorias para os movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS

- ANDION, C. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p.7-25, jan./fev. 1998.
- BARROS, A. N. de. Movimento estudantil organizado: contribuições para aproximações entre. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** [São Paulo]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2009. p. 1 - 16. CD-ROM.
- \_\_\_\_\_; PAULA, A. P. P. Organização social como manifestação de projetos políticos: revendo o estatuto dos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** [Rio de Janeiro]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2008. p. 1 - 12. CD-ROM.
- BIER, C. A. et al. A co-produção do bem público e a mobilização para a cidadania: uma experiência de implementação de um novo paradigma de democracia participativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** [São Paulo]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2009. p. 1 - 13. CD-ROM.
- BISPO, D.A.; DOURADO, D.C.P.; AMORIM, M.F.C.L. Trabalho e subjetividade no Movimento Hip Hop: uma tentativa de compreensão a partir dos ethos de Bendasoli (2007). In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** [Florianópolis]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2010. p. 1 - 17. CD-ROM.
- BORJA, J. Movimentos sociales urbanos. Buenos Aires: Ed. SIAP, 1975.
- CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. Madri: Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_. CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: **A Sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COSTA, P.A.; MISOCZKY, M.C. Repensando a gestão social: qual a relação entre mobilização comunitária e desenvolvimento em comunidades de alta vulnerabilidade social?. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 5., 2010, Vitória. **Anais...** [Vitória]: Encontro de Administração Pública e Governança, 2010. p. 1 - 17. CD-ROM.
- DELLAGNELO, E. H. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações e sociedade**, v. 7, n.19, set./dez. 2000.
- DELLAGNELO, E.H.L.; BÖHM, Steffen. Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organizational perspective. In: ENCONTRO

NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6, 2010, Florianópolis. EnEO 2010. Disponível em: < [http://www.anpad.org.br/evento.php?cod\\_evento\\_edicao=51](http://www.anpad.org.br/evento.php?cod_evento_edicao=51)>. Acesso em: 06 jan. 2012.

DELLA PORTA, D; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DIANI, M. **Networks and social movements: from metaphor to theory?** In: Conference on social movement analysis: the network perspective, 23-25, jun. 2000, Loch Lomond.

DORNELES, S.B. **Autogestão e racionalidade substantiva**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRAZ, D.L.S; BIASOTTO, L.D; TONON, L.. A centralidade do trabalho no processo de construção da identidade: um estudo com membros do movimento dos trabalhadores desempregados. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** [Belo Horizonte]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2008. p. 1 - 15. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; MENNA-BARRETO, J. Consciência de classe, subjetividade e organizações em estudos organizacionais e o movimento de mulheres na Paraíba: o caso dos movimentos dos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** [florianópolis]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2010. p. 1 - 17. CD-ROM.

FONTENELLE, I.A. et al. A produção do discurso do consumidor responsável na mídia de negócios: crítica e. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** [Rio de Janeiro]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2010. p. 1 - 15. CD-ROM.

FLOWERAKER, J. **Theorizing social movements**. Colorado: Pluto Press, 1995.

GOHN, M. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GUSFIELD, J.R. Social structure and moral reform: a study of the woman's Christian Temperance Union. **American Journal of Sociology**. 1955, n.61, p.21.

HOPSTEIN, G. Movimentos sociais latino-americanos: "territórios em resistência" *Politic*. n.9, p. 28-39.

IASI, M.L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JAPIASSU, H. **A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional**. São Paulo: Letras & Letras, 1996.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.

LACLAU, E. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel. 1996.

\_\_\_\_\_. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2011.

\_\_\_\_\_; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**: London: Verso, 1985.

LOEBEL, E.; LANER, A. S. Uma análise da organização de um movimento social. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** [Belo Horizonte]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2008. p. 1 - 16. CD-ROM.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MCADAM, D; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Introduction: opportunities, mobilizing structures, and framing process – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MCADAM, D; SCOTT, W. Richard. Organizations and movements. In: DAVIS, Gerald F. et al. (Ed.). **Social movements and organization theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Meyer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v.82, n.6, p.1212-1241, 1977.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. "The new social movements: a theoretical approach", **Social Science Information**, v. 19, n. 2, 1980.



\_\_\_\_\_. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova [online]**, 1989, n.17, pp. 49-66.

MISOCZKY, M.C.; FLORES, R.K; SILVA, S.M.G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 6, n. 3, set. 2008.

MISOCZKY, C.; MISOCZKY, M.C. O morro é nosso: a vitória de um movimento em luta por justiça social e ambiental. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 5., 2010, Vitória. **Anais...** [Vitória]: Encontro de Administração Pública e Governança, 2010. p. 1 - 16. CD-ROM.

OLIVEIRA, R. R. Trajetória de um agente econômico estatal e seu relacionamento com os movimentos sindicais rurais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** [Campinas]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2001. p. 1 - 15. CD-ROM.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

OTTO, B; BÖHM, S. The people and resistance against international business: the case of the Bolivian water war. **Critical Perspectives on International Business**. v. 2, n.4, p.299-320, 2006.

PARKER, M. Against management: organization in the age of managerialism. Cambridge: Polity, 2002.

PAULA, A. P. P. de. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 36 (1), jan./fev. 2002.

\_\_\_\_\_. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p.36-49, 01 mar. 2005.

PENAFIEL, F.M.M; VAN BELLEN, H.M. Ideologia do movimento ambientalista: um estudo de casos múltiplos em quatro organizações não governamentais de Florianópolis – SC. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais...** [Brasília]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2005. p. 1 - 16. CD-ROM.

PEREIRA, M. T. F.; GIESTA, L. C. Movimento Sindical: uma revisão do passado, um olhar sobre o presente e idéias para o futuro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais...** [Brasília]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2005. p. 1 - 16. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Anais...** [Brasília]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2005. p. 1 - 16. CD-ROM.

RAMOS, A.G. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ROSA, A. R. et al. Por uma agenda de pesquisa sobre movimentos sociais na América Latina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** [São Paulo]: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2009. p. 1 - 16. CD-ROM.

RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SANTOS, T.I.; LANER, Aline Dos Santos. Relações de poder no movimento passe livre de Florianópolis: influência conquistada ou imposta? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** [Belo Horizonte]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2008. p. 1 - 15. CD-ROM.

SANTOS, T. C. et al. Movimento do consumo consciente: do cidadão consumidor ao consumidor cidadão? In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3, 2008, Salvador. **Anais...** [salvador]: Encontro de Administração Pública e Governança, 2008. p. 1 - 15. CD-ROM.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 2006, vol.21, n.1, pp. 109-130.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, v.37, n.2, 1997.

SELZINIK, P. **The organizational weapons**. Nova York: McGraw-Hill, 1952.

SILVA, L. B.; SILVA, W.R. Abordagens feministas em estudos organizacionais e o movimento de mulheres na Paraíba. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6, 2010, Florianópolis. **Anais...** [Florianópolis]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2010. p. 1 - 14. CD-ROM.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

TARROW, S. **Power in movement**. Cambridge: Un. Press, 1994.

TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v.32, n.5, 1998.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading: Addison-Wesley, 1978.

TRAGTENBERG. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (Org.). **Classes médias e política o Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

\_\_\_\_\_. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sociologie de l'action**. Paris: Édition du Seuil, 1965.

VARGAS DE FARIA, J. R. **Organizações coletivistas de trabalho**: autogestão nas unidades produtivas. 2003. 220 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

WINKLER, I. Participação política mediada pela internet: uso das TIC pelos movimentos sociais em sua atuação política. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6, 2010, Florianópolis. **Anais...** [florianópolis]: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, 2010. p. 1 - 15. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; KRONENBERGER, T. S. Limites e Possibilidades do Uso das Novas Tecnologias por uma Rede de Mobilização. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 5, 2010, Vitória. **Anais...** [vitória]: Encontro de Administração Pública e Governança, 2010. p. 1 - 14. CD-ROM.

ZANI, F. B.; KRONENBERGER, T. S. Entre a autonomia e a institucionalização: a participação dos movimentos sociais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 5, 2010, Vitória. **Anais...** [vitória]: Encontro de Administração Pública e Governança, 2010. p. 1 - 17. CD-ROM.